

HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO

(em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO CIRCULANTE		118.591	112.527
Caixa e equivalentes de caixa	(4)	40.708	27.651
Contas a receber	(5)	144	68
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa – PECLD	(3b) (6)	(43)	(64)
Subvenções a receber	(7)	25.893	32.570
Transferências de recursos a receber		47	354
Estoques	(3c) (8)	23.159	23.335
Adiantamentos a empregados	(9)	14.306	14.218
Tributos a recuperar		198	969
Depósitos vinculados ou restituíveis	(10)	3.169	2.741
Outras contas a receber	(11)	16.288	15.815
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa – PECLD	(6)	(5.514)	(5.354)
Despesas antecipadas		236	224
ATIVO NÃO CIRCULANTE		483.559	438.412
Realizável a longo prazo	(12)	112.880	77.202
Investimentos	(3d) (14)	4.755	5.564
Imobilizado	(3e) (15a)	364.121	353.494
Direito de uso de arrendamentos	(3g) (15b)	903	1.252
Intangível	(3h) (15c)	900	900
TOTAL DO ATIVO		602.150	550.939

“As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.”

PASSIVO

(em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
PASSIVO CIRCULANTE		563.403	563.015
Fornecedores	(17)	15.889	29.003
Obrigações trabalhistas	(18)	6.371	1.167
Obrigações tributárias		2	2
Provisões trabalhistas	(19)	120.102	118.381
Provisão para riscos fiscais	(20)	3.360	-
Provisão para indenizações cíveis e trabalhistas	(21)	402.200	396.989
Subvenções a realizar	(22)	11.834	13.779
Arrendamentos a pagar	(3i) (23)	401	386
Outras contas a pagar	(24)	3.244	3.308
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		454.954	418.955
Provisão para indenizações cíveis e trabalhistas	(21)	449.622	416.055
Provisão para riscos fiscais	(20)	4.830	-
Contribuições com exigibilidade suspensa	(3j) (25)	-	2.034
Arrendamentos a pagar	(3i) (23)	502	866
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(416.207)	(431.031)
Capital social	(26)	180.950	119.807
Adiantamentos para futuro aumento de capital	(27)	42.047	61.143
Reserva de reavaliação em bens próprios	(28)	17.748	17.825
Ajustes de avaliação patrimonial	(29)	43.110	44.042
Prejuízos acumulados		(700.062)	(673.848)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		602.150	550.939

“As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.”

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
RECEITA BRUTA		1.336	3.602
Prestação de serviços	(30)	1.336	3.602
RECEITA LÍQUIDA		1.336	3.602
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(31)	(1.480.527)	(1.386.844)
PREJUÍZO OPERACIONAL BRUTO		(1.479.191)	(1.383.242)
Receitas (despesas) operacionais		(145.875)	(65.069)
Despesas gerais e administrativas	(32)	(138.820)	(129.932)
Outras receitas operacionais	(35)	56.800	29.641
Outras despesas operacionais	(36)	(63.855)	35.222
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESP. FINANCEIRAS		(1.625.066)	(1.448.311)
Despesas financeiras	(37)	(531)	(30)
Receitas financeiras	(38)	4.279	2.998
RESULTADO ANTES DAS SUBVENÇÕES DO TESOURO NACIONAL		(1.621.318)	(1.445.343)
SUBVENÇÃO PARA CUSTEIO	(39)	1.594.095	1.487.077
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(40)	(27.223)	41.734
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO EM R\$		(0,24)	0,37

“As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.”

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

(em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO atribuível ao controlador	(40)	(27.223)	41.734
Realização da reserva de reavaliação	(28)	77	384
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	(29)	932	931
RESULTADO ABRANGENTE atribuível ao controlador		(26.214)	43.049

“As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.”

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(em milhares de reais)

Descrição	Nota	Capital social	Adiant. para fut. aumento de capital	Reserva de reavaliação	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		81.090	38.717	18.209	44.973	(716.897)	(533.908)
Aumento de capital	(27)	38.717	(38.717)	-	-	-	-
Recebido adiantamento para futuro aumento de capital	(27)	-	61.143	-	-	-	61.143
Realização da reserva de reavaliação	(28)	-	-	(384)	-	384	-
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	(29)	-	-	-	(931)	931	-
Lucro do exercício	(40)	-	-	-	-	41.734	41.734
Saldos em 31 de dezembro de 2020		119.807	61.143	17.825	44.042	(673.848)	(431.031)
Aumento de capital	(27)	61.143	(61.143)	-	-	-	-
Recebido adiantamento para futuro aumento de capital	(27)	-	42.047	-	-	-	42.047
Realização da reserva de reavaliação	(28)	-	-	(77)	-	77	-
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	(29)	-	-	-	(932)	932	-
Prejuízo do exercício	(40)	-	-	-	-	(27.223)	(27.223)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		180.950	42.047	17.748	43.110	(700.062)	(416.207)

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO

(em milhares de reais)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Nota	2021	2020
Lucro (prejuízo) do exercício	(40)	(27.223)	41.734
Ajustes por:			
Depreciações e amortizações	(15a,b)	25.651	24.581
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(6)	490	671
Perdas estimadas com estoques		123	-
Custo do imobilizado baixado ou indenizado		411	157
Venda de imobilizado		-	(17)
Provisões e reversões		60.503	(38.516)
Realização das subvenções para custeio	(39)	(1.594.095)	(1.487.077)
Bonificações e doações de bens recebidas		(5.124)	(9.494)
Lucro (prejuízo) do exercício ajustado		(1.539.264)	(1.467.961)
Redução (aumento) de ativos			
Contas a receber		(154)	850
Subvenções a receber		6.984	(12.463)
Estoques		53	(9.404)
Depósitos vinculados ou restituíveis		(428)	(239)
Outras contas a receber		(35.806)	723
Aumento (redução) de passivos			
Fornecedores		(13.114)	14.702
Contribuições com exigibilidade suspensa		(2.035)	(12.561)

Provisões para indenizações cíveis e trabalhistas		(12.725)	(14.763)
Subvenções a realizar		(1.945)	10.761
Outras contas a pagar e provisões		6.513	1.981
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais		(1.591.921)	(1.488.374)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Compras de imobilizado e intangível	(15a,c)	(36.288)	(67.513)
Recebimento por venda ou por indenizações de bens segurados		-	17
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(36.288)	(67.496)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimento de subvenções para custeio	(39)	1.594.095	1.487.077
Recebimento de adiantamentos para futuro aumento de capital	(27)	42.047	61.143
Bonificações e doações de bens recebidas		5.124	9.494
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		1.641.266	1.557.714
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		13.057	1.844
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO		13.057	1.844
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		27.651	25.807
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	(4)	40.708	27.651
Composição do saldo do caixa e equivalentes de caixa		40.708	27.651
Disponibilidades em conta corrente	(4)	2	76
Disponibilidades em aplicações financeiras	(4)	40.706	27.575

“As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.”

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

(em milhares de reais)

Descrição	Nota	2021	2020
RECEITAS		1.651.741	1.519.649
Prestação de serviços	(30)	1.336	3.602
Subvenção para custeio	(39)	1.594.095	1.487.077
Outras receitas		56.800	29.641
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(6)	(490)	(671)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(328.490)	(260.914)
Custo dos serviços prestados		(290.856)	(239.195)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(32.700)	(22.433)
Provisão para indenizações cíveis		3.256	714
Provisão para riscos fiscais		(8.190)	-
VALOR ADICIONADO BRUTO		1.323.251	1.258.735
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(15a,b)	(25.651)	(24.581)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		1.297.600	1.234.154
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSF.		4.279	2.998
Receitas financeiras		4.279	2.998
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		1.301.879	1.237.152

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		1.301.879	1.237.152
Pessoal		1.320.253	1.181.189
Remuneração direta		1.153.651	1.017.370
Benefícios		69.635	64.635
FGTS		96.967	99.184
Impostos, taxas e contribuições		1.556	86
Federais		1.407	6
Municipais		149	80
Remuneração de capitais de terceiros		7.293	14.143
Juros		531	30
Aluguéis		6.762	14.113
Remuneração de capitais próprios		(27.223)	41.734
Lucro (prejuízo) do exercício	(40)	(27.223)	41.734

“As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.”

NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(em milhares de reais)

NOTA 1 – CONSTITUIÇÃO E ATIVIDADES OPERACIONAIS

Constituída em 26-07-1960 como empresa privada, de capital fechado, com sede em Porto Alegre – RS, a Casa de Saúde Nossa Senhora da Conceição Ltda. teve o nome da sociedade alterado em 10-10-1967 para Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. Mais tarde, com a publicação do Decreto nº 75.403, de 20-02-1975, alterado pelo Decreto nº 75.457, de 07-03-1975, 51% das ações do capital social foram declaradas de utilidade pública para desapropriação pela União, na forma do artigo, 5º, alínea “g”, do Decreto-Lei nº 3.365, de 21-06-1941, passando a ser uma estatal dependente controlada pela União (conforme define o art. 2º, inciso III da LC nº 101/00), está vinculada ao Ministério da Saúde, através do artigo único, inciso XVII, letra “f”, do Anexo do Decreto nº 9.660, de 01-01-2019. Em 26-09-2017 o Conselho de Administração aprovou a mudança da natureza jurídica para empresa pública e a partir de 09-11-2017 passou a ter um único acionista, a União. Está sujeita à Lei nº 6.404/76, das Sociedades Anônimas, à Lei nº 4.320/64 e à Lei nº 13.303/16, com suas respectivas alterações e à fiscalização pelo Tribunal de Contas da União. Com a publicação no Diário Oficial da União em 20 de dezembro de 2016 da Portaria nº 2.116, tornou-se uma entidade beneficente de assistência social em saúde. A renovação do referido certificado está em andamento. Possui interesse social, é de utilidade pública e tem o fim exclusivo, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, de planejar, gerir, desenvolver e executar ações e serviços de saúde, inclusive com a manutenção de estabelecimentos hospitalares, de ensino técnico e superior, de pesquisa científica e tecnológica na área de saúde, tudo de acordo com os princípios, normas e objetivos constitucionais e legais do SUS, consoante às determinações do Ministério da Saúde.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC com base: **(i)** nas disposições contidas na legislação societária (Lei nº 6.404/76 e alterações, incluindo a aplicação das Leis nº 11.638/07, nº 11.941/09 e nº 12.973/14); **(ii)** na opção pelo Regime Tributário de Transição – RTT de 2008 até 2014; **(iii)** na adoção das normas internacionais, em 2010, que geraram ajustes de avaliação patrimonial contabilizados no patrimônio líquido; **(iv)** nos ajustes referentes à adoção inicial da Lei nº 12.973/14, reconhecidos em subcontas em 2015 e baixados em 12/2018 em função da obtenção da imunidade total dos impostos e contribuições; **(v)** na elaboração da demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 9 – Demonstração do Valor Adicionado. Esta é apresentada como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BR GAAP. A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pelo Hospital, representada pelas receitas (receita bruta dos serviços prestados, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços, aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios; **(vi)** as contas do imobilizado e do patrimônio líquido encontram-se corrigidas até 31 de dezembro de 1995 conforme dispõe o artigo 4º da Lei nº 9.249/95 e **(vii)** os benefícios da isenção das contribuições obtidas com o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS foram reconhecidos na contabilidade a partir de janeiro de 2015 com base em parecer jurídico. Com a obtenção da imunidade das contribuições previdenciárias em 24-08-2018 e as das demais contribuições em 20-11-2018

as referidas contribuições foram baixadas em agosto e dezembro de 2018 respectivamente. Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pela diretoria em 26-01-2022.

NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- a) **Receitas e despesas** – As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. As receitas de subvenções para custeio são reconhecidas no resultado quando utilizadas, conforme disposto no item 12 da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistências Governamentais.
- b) **Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa – PECLD** – Constituída de acordo com o artigo 9º da Lei nº 9.430/96, alterado pelo artigo 8º da Lei nº 13.097/15, e com o artigo 71 da Instrução Normativa SRF nº 1.700/2017 (nota 6).
- c) **Estoques** – São demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não excede o valor de mercado (nota 8).
- d) **Investimentos** – As participações em outras empresas são adequadas ao preço de mercado, e os outros investimentos, ao valor de realização estimada, todos mediante constituição ou reversão de provisões para perdas (nota 14).
- e) **Imobilizado** – Está demonstrado ao custo de aquisição ou construção corrigido monetariamente conforme legislação vigente até 31 de dezembro de 1995 (custo histórico). Em 25 de agosto de 1997 os terrenos e edificações foram reavaliados por empresa especializada. Desde 2009, as depreciações são calculadas pelo método linear sobre o custo, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado para a utilização dos bens, suportado por laudo técnico elaborado por

empresa especializada. As benfeitorias em imóveis de terceiros estão suportadas por contratos de cessão de uso do imóvel, com prazo de vigência indeterminado, razão pela qual foram depreciadas de acordo com o prazo de vida útil estimado para os bens, entre 50 e 60 anos. A amortização de edificações em imóveis de terceiros, registrada no imobilizado, foi calculada com base no prazo do contrato de locação do imóvel. Em 2010 foi adotado o *custo atribuído* conforme Interpretação Técnica – ICPC 10, que gerou ajuste de avaliação patrimonial. Em 2015, com a adoção inicial da Lei nº 12.973/14, os ajustes foram reconhecidos em subcontas do imobilizado e em 12/2018 em função da obtenção da imunidade total dos impostos e das contribuições as subcontas foram eliminadas por não ser mais necessário esse controle (nota 15a).

- f) **Teste de *impairment*** – O teste de *impairment* deve ser aplicado para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido redução ao valor recuperável de um ativo. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial desse ativo, e que aquele evento teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros, se estes puderem ser estimados de forma confiável. No Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., como a depreciação já é calculada com base no tempo de vida útil e todos os bens que tiverem o custo de recuperação/manutenção maior que cinquenta por cento do seu valor de mercado são considerados irre recuperáveis e baixados, conforme item 6 do Manual de Administração Patrimonial de Bens do Imobilizado do GHC e parágrafo IV, art. 3º do Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018. Razão pela qual o Comitê de Análise do Patrimônio, em seu parecer datado de 31-12-2021, conclui que “não existem evidências objetivas que justifiquem a realização de Teste de Recuperabilidade para os ativos do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. e suas filiais”.

g) Direito de uso de arrendamentos – É um ativo que representa o direito do arrendatário de usar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento e está contabilizado no ativo não circulante (notas 3i e 15b).

h) Intangível – Está demonstrado ao custo de aquisição e desde 2009 a amortização é calculada com base no tempo de vida útil estimado para a utilização dos bens (nota 15c).

i) Arrendamentos – São os contratos de arrendamentos que transferem o direito de usar um ativo por um período de tempo em troca de contraprestação, transferindo substancialmente os riscos e benefícios do arrendador para o arrendatário. Após minuciosa análise de todos os contratos de aluguel, os contratos que se enquadravam na norma do Conselho Federal nº 2017/NBC TG 06 (R3) – Arrendamentos, foram contabilizados o direito de uso e a depreciação no ativo não circulante e a obrigação no passivo circulante e não circulante (nota 3g e 23).

j) Contribuições com exigibilidade suspensa – Estavam sendo questionadas em ações judiciais onde era solicitada a imunidade tributária (nota 25).

k) Provisões para contribuição social e imposto de renda – Embora isentos da contribuição social sobre o lucro líquido desde 2016, em função do CEBAS, em 20-11-2018 o Hospital obteve na justiça a imunidade das contribuições do PIS/PASEP, COFINS e da CSLL, razão pela qual essa provisão também não é mais calculada da mesma forma que já ocorria com o IRPJ desde o reconhecimento da imunidade tributária dos impostos em 2015.

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Contas	31-12-2021	31-12-2020
Banco – conta única do governo federal	2	76
Banco – conta aplicações financeiras	40.706	27.575
Total	40.708	27.651

São recursos, em moeda nacional, depositados na conta única do governo federal e aplicações financeiras de liquidez imediata, mensurados e avaliados pelo valor do custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

NOTA 5 – CONTAS A RECEBER

Contas	31-12-2021	31-12-2020
Créditos com pesquisas	13	-
Sócias locatárias	41	35
Outros clientes – estágios	90	33
Total	144	68

a) Créditos com pesquisas – Créditos a receber referentes a dez por cento do valor pago pelos patrocinadores da pesquisa clínica aos médicos contratados, para avaliar a eficácia e segurança de um novo medicamento ou procedimento, após aprovação ética do estudo. O valor cobrado visa a cobrir o custo hospitalar incluindo os exames realizados.

b) Sócias locatárias – São créditos a receber de pessoas físicas que possuem um contrato assinado pelo antigo fundador do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. que dá a elas o direito vitalício de morar nas dependências do Hospital, com direito a assistência médica e ressarcimento das despesas com o seu funeral. Os créditos a receber se referem ao valor cobrado mensalmente pela alimentação fornecida e corresponde a 50% do salário mínimo nacional.

c) Outros clientes – Nesta conta estão agrupados os valores a receber referentes estágios realizados nas diversas unidades do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. por alunos de medicina, técnicos de enfermagem e de radiologia.

NOTA 6 – PERDAS ESTIMADAS COM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

31-12-2021					31-12-2020			
Ativo	Saldo inicial	Acréscimos	Baixas e transf.	Total	Saldo inicial	Acréscimos	Baixas e transf.	Total
Contas a receber								
Sócios locatários	(31)	(6)	-	(37)	(25)	(6)	-	(31)
Outros clientes – estágios	(33)	(32)	59	(6)	(8)	(76)	51	(33)
Subtotal	(64)	(38)	59	(43)	(33)	(82)	51	(64)
Outras contas a receber								
Cessão de pes. a est. e munic.	(3.357)	-	-	(3.357)	(3.298)	(146)	87	(3.357)
Cessão de pes. a outras entid.	(68)	-	68	-	(68)	-	-	(68)
Adiantamentos a empregados	(101)	(52)	67	(86)	(65)	(58)	22	(101)
Devolução e abatimento a forn.	(1.828)	(400)	157	(2.071)	(1.540)	(385)	97	(1.828)
Subtotal	(5.354)	(452)	292	(5.514)	(4.971)	(589)	206	(5.354)
Realizável a longo prazo								
Município de Porto Alegre	(3.335)	-	-	(3.335)	(3.335)	-	-	(3.335)
Cessão de pes. a est. e munic.	(10.523)	-	-	(10.523)	(10.634)	-	111	(10.523)
Créditos a receber de fornec.	-	-	(84)	(84)	-	-	-	-
Subtotal	(13.858)	-	(84)	(13.942)	(13.969)	-	111	(13.858)
Total	(19.276)	(490)	267	(19.499)	(18.973)	(671)	368	(19.276)

O saldo acumulado das contas é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos.

NOTA 7 – SUBVENÇÕES A RECEBER

Ativo circulante	31-12-2021	31-12-2020
Manutenção do custeio		
Saldo no início do exercício	23.960	17.695
Valor a receber	236.252	224.100
Valor recebido e ou cancelado	(239.982)	(217.835)
Saldo no final do exercício	20.230	23.960
Covid-19		
Saldo no início do exercício	-	-
Valor a receber	40.900	20.200
Valor recebido	(39.492)	(20.200)
Saldo no final do exercício	1.408	-
Reformas		
Saldo no início do exercício	8.610	2.766
Valor a receber	9.071	10.592
Valor recebido	(13.426)	(4.748)
Saldo no final do exercício	4.255	8.610
Total	25.893	32.570

Em cumprimento à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistências Governamentais, estão registradas no ativo circulante com contrapartida no passivo circulante as subvenções para custeio a receber do Ministério da Saúde, pelo total orçamentado diretamente no orçamento do GHC pela Lei Orçamentária Anual nº 14.144 em 2021 e 13.978 em 2020. Quando os recursos são repassados pelo Ministério da Saúde, conforme a necessidade financeira de desembolso do Hospital, estes são baixados dessa conta (notas 22 e 39). Essas subvenções são utilizadas para custear as despesas com:

a) Manutenção do custeio – A partir de 01/2018 os recursos que eram oriundos de prestação de serviços passaram a ser orçamentados diretamente no orçamento do GHC, razão pela qual o Hospital deixou de emitir as notas fiscais de serviços contra o gestor do SUS, o Município de Porto Alegre/RS e de classificar contabilmente como prestação de serviços, na receita bruta, como era feito até 31-12-2017. O acréscimo do valor a receber é devido à suplementação do orçamento que remanejou parte dos recursos de outras fontes.

b) Covid-19 – Para fazer frente aos gastos provocados pela pandemia do novo coronavírus, o governo Federal emitiu a Medida Provisória nº 976, de 04 de junho de 2020, posteriormente convertida na Lei nº 14.067, de 01 de outubro de 2020, abrindo Crédito Extraordinário a favor do Ministério da Saúde, mais especificamente ao Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., para atender ao Programa de Trabalho 5018 – Atenção Especializada em Saúde – Funcional Programática – 10122 21C0 6500 – Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus – Nacional. Com o avanço da pandemia se fez necessário alocar mais recursos para fazer frente ao aumento dos gastos. Novamente o governo Federal abriu crédito extraordinário com a emissão das Medidas Provisórias nº 1.032, de 24 de fevereiro, 1.041, de 30 de março, e 1.062, de 09 de agosto, todas de 2021, os recursos aprovados estão sendo repassados para atender ao programa de trabalho 5018 – Atenção Especializada à Saúde – Funcional Programática 10302 5018 6217 6512 – Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde.

c) Reformas e demais custeios – Servem para custear as despesas com a manutenção de bens imóveis classificadas como reformas. Em 2021 o valor inicial a receber de R\$ 17.264 mil teve parte, R\$ 8.193 mil, transferida para investimentos, para completar os recursos necessários para

concluir a obra do Centro de Oncologia. Como os valores recebidos para investimentos são registrados direto no patrimônio líquido pelo seu recebimento, esse valor foi baixado dessa conta.

NOTA 8 – ESTOQUES

Contas	31-12-2021	31-12-2020
Almoxarifados	17.731	19.734
Farmácias	3.350	1.932
Subalmoxarifados	2.194	1.661
Estoques em poder de terceiros	-	8
Perdas estimadas com estoques	(116)	-
Total	23.159	23.335

Os estoques se compõem de materiais de consumo a serem utilizados ou consumidos no processo de prestação de serviços e estão demonstrados por local de armazenamento. A redução no total dos estoques tem como principais causas a redução de custos e a certeza de que não há necessidade de se fazer estoques, porque haverá orçamento disponível no primeiro dia útil do ano seguinte, para fazer novas compras e repor estoques, sem causar desabastecimento.

NOTA 9 – ADIANTAMENTO A EMPREGADOS

Contas	31-12-2021	31-12-2020
Férias	13.917	14.056
Salário – saldo devedor	356	153
Salário – demissão anulada	6	-
Décimo terceiro salário	16	3
Vale-transporte	11	6
Total	14.306	14.218

O adiantamento das *férias* será descontado dos empregados no mês seguinte. O *saldo devedor* de salários e o *vale-transporte* são valores que não puderam ser descontados dos empregados por estarem afastados do trabalho sem receberem salário. O adiantamento de salário referente à *demissão anulada* se refere ao valor pago a um empregado, com mais de setenta e cinco anos, que foi desligado compulsoriamente, mas que teve sua demissão anulada pela justiça e o valor pago na rescisão do contrato de trabalho não foi descontado por estar afastado do trabalho.

NOTA 10 – DEPÓSITOS VINCULADOS OU RESTITUÍVEIS

Contas/descrição	31-12-2021	31-12-2020
Retido de fornecedores		
Saldo anterior	2.574	2.162
Depósitos	2.250	1.565
Rendimentos	55	58
Baixa pelo pagamento	(1.882)	(1.211)
Subtotal	2.997	2.574
Cíveis		
Saldo anterior	-	173
Rendimentos	-	29
Devolvido ao Hospital	-	(202)
Subtotal	-	-
Trabalhistas		
Saldo anterior	167	167
Depósitos	115	-
Rendimentos	19	2
Devolvido ao Hospital	(129)	-
Baixa pelo pagamento	-	(2)
Subtotal	172	167
Total	3.169	2.741

Os valores retidos de fornecedores são em cumprimento a IN SLTI/MPOG nº 06/2013 e IN SLTI/MPOG nº 05/2017, as quais visam a garantir que as empresas terceirizadas tenham recursos para pagar os encargos trabalhistas quando devidos aos seus empregados. A contrapartida está registrada no passivo circulante em outras contas a pagar. Os depósitos cíveis e trabalhistas são vinculados a ações com trânsito em julgado registradas no passivo circulante, em obrigações trabalhistas e em outras contas a pagar. Com a individualização dos depósitos em conta específica a favor do reclamante, os depósitos são baixados dessa conta, visto que a responsabilidade pelo pagamento ao reclamante passa a ser da instituição financeira detentora do depósito.

NOTA 11 – OUTRAS CONTAS A RECEBER

Contas/descrição	31-12-2021	31-12-2020
Cessão de pessoal a estados e municípios	3.669	3.528
Cessão de pessoal a outras entidades	-	68
Devolução, abatimentos e multas a fornecedores	2.520	2.133
Convênios	51	33
Adiantamento a terceiros	787	873
Processos seletivos	104	527
Créditos a receber de ações judiciais	8.378	8.062
Créditos a receber de outras ações judiciais	4	3
Outros créditos a receber – aluguéis	7	6
Outros créditos a receber – exclusividade pela prestação de serv. bancários	649	506
Outros créditos a receber – rendimento de aplicações financeiras	109	48
Outros créditos a receber – gestão do cadastro de empréstimos consignados	10	9
Outros créditos a receber – seguros	-	17
Outros créditos a receber – taxa de fiscalização e localização	-	2
Total	16.288	15.815

a) Cessão de pessoal a estados e municípios – Alguns funcionários foram cedidos a diversas secretarias e municípios do Estado do Rio Grande do Sul e para as Secretarias da Saúde do Espírito Santo e do Distrito Federal. Destaca-se o valor a receber da Secretaria Estadual de Saúde/RS de R\$ 3.370 mil em 31-12-2021 (R\$ 3.361 mil em 31-12-2020), referente ao período de outubro de 2017 a dezembro de 2018 e outubro a dezembro de 2021. Em 2018 foi feita uma análise minuciosa desses saldos e de todo o pessoal cedido com vistas ao cumprimento da legislação, especialmente do Decreto nº 9.144, de 22 de agosto de 2017. Todos os demais valores a receber em 31-12-2021 se referem ao ressarcimento pelos salários pagos nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2021.

b) Cessão de pessoal a outras entidades – Trata-se do ressarcimento pelos salários pagos a dois funcionários que foram cedidos, um para o Sindisaúde, durante o período de junho a novembro de 2015, baixado em 2021, por estar prescrito, e outro para o Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio Grande do Sul, no período de agosto e setembro de 2017, também baixado em 2021, por estar sendo cobrado indevidamente.

c) Devolução, abatimentos e multas a fornecedores – São créditos a receber de fornecedores por devolução de mercadorias, abatimentos (glosas) e multas pelo descumprimento de cláusulas contratuais por consequência da aplicação de penalidades previstas em contratos.

d) Convênios – Referem-se ao valor repassado em 27-01-2010 à entidade conveniada chamada Africanamente – Centro de Pesquisa Reg. e Preservação de Tradições Afrodescendentes no valor original de R\$ 40 mil, que, por não prestar contas em tempo hábil, assumiu o compromisso de devolver o valor atualizado pelo IGP-M parcelado em sessenta meses; dos quais só foram recebidas quarenta, falta receber vinte parcelas.

e) Adiantamentos a terceiros – São valores pagos aos fornecedores de vale-transporte a serem creditados aos funcionários no início do próximo mês.

f) Créditos a receber de ações judiciais – Referem-se a um termo de transação com o Município de Porto Alegre – RS, datado de 12 de maio de 2016, sobre a ação judicial de repetição de indébito, referente à Imunidade Tributária dos tributos municipais. O valor a receber de R\$ 8.378 mil em 31-12-2021 e R\$ 8.062 mil em 31-12-2020 corresponde a duas parcelas, uma com vencimento em 07/2018 e outra em 07/2019. Em decorrência das dificuldades do município em dispor de recursos financeiros e as necessidades do GHC de dispor de terrenos e imóveis para qualificação das suas Unidades Básicas de Saúde, um pedido de adiantamento dessa transação está sendo renegociado, desde 2017, para se converter o pagamento em bens imóveis. Os demais créditos a receber decorrentes desse processo estão registrados no longo prazo.

g) Créditos a receber de outras ações judiciais – Resultam de um acordo judicial realizado em 02/2015 com a Tops Consultoria Empresarial Ltda. no valor original de R\$ 3 mil a ser recebido em seis parcelas atualizadas pelo IGP-M, das quais foram recebidas somente quatro.

h) Outros créditos a receber – São créditos a receber referentes ao aluguel de área física a diversas associações de funcionários e também de uma sala destinada à cafeteria alugada para a F. S. Gastronomia Eirele – EPP, além de décima oitava parcela do contrato de exclusividade com o Banco do Brasil S.A. pela prestação de serviços bancários, pagamento da folha de pagamento, depósitos judiciais, etc., e pela gestão do cadastro dos empregados com empréstimos consignados pela empresa Quantum Web Tecnologia da Informação Ltda. que são recebidos no

mês seguinte. Também estão registrados nessa conta os rendimentos de aplicações financeiras sem liquidez imediata.

NOTA 12 – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Contas	31-12-2021	31-12-2020
Créditos e valores – clientes	40.127	40.127
Créditos e valores – repetição de indébito trabalhista	339	329
Créditos e valores – repetição de indébito cível	84	-
Cessão de pessoal a estados e municípios	10.524	10.524
Depósitos judiciais cíveis	111	104
Depósitos judiciais trabalhistas	22.658	25.063
Créditos a receber de ações judiciais tributárias – COFINS	611	552
Créditos a receber de ações judiciais tributárias – ICMS	1.250	1.227
Créditos a receber de ações judiciais tributárias – Tributos Municipais	9.401	9.401
Créditos a receber de ações judiciais tributárias – INSS	-	3.396
Créditos a receber de ações judiciais tributárias – ADIR/Estadual	397	337
Créditos a receber de ações judiciais tributárias – Tributos Federais	41.321	-
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa – PECLD	(13.942)	(13.858)
Total	112.880	77.202

a) Créditos e valores – De *clientes* são valores faturados e não recebidos do Município de Porto Alegre/RS pelos serviços prestados durante os meses de 05/2014 a 11/2017. Referem-se a incentivos financeiros con-

cedidos pelo Ministério da Saúde e pelo Estado do Rio Grande do Sul por serviços prestados aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, a título de complemento de faturamento. Como ainda não foram recebidos, o Hospital ingressou com ação judicial de cobrança. A de *repetição de indébito trabalhista* se refere a duas ações, uma delas sobre a devolução de parte de uma ação judicial, paga com erro na atualização do cálculo, que será devolvida pelo reclamante em sessenta parcelas, das quais estão registradas nessa conta em 31-12-2021 vinte e uma parcelas (trinta e três parcelas em 31-12-2020) no valor de R\$ 35 mil (R\$ 55 mil em 31-12-2020). O outro crédito se refere a um depósito judicial trabalhista pago em duplicidade no valor R\$ 304 mil. A *repetição de indébito civil* se refere a uma sindicância contra um fornecedor por elevação excessiva de preços.

b) Cessão de pessoal a estados e municípios – São valores a receber pela cessão de pessoal a diversas secretarias do estado do Rio Grande do Sul, no valor de R\$ 1.532 mil e aos municípios de: Porto Alegre, R\$ 8.256 mil; Canoas, R\$ 213 mil; Sapucaia do Sul, R\$ 218 mil; e Fortaleza, R\$ 305 mil, nos dois anos, valores esses incluídos em ação judicial de cobrança.

c) Depósitos judiciais cíveis – Destinados a garantir o pagamento de processos em andamento sem prazo estimado para realização. Atualizados pelo índice de correção da poupança.

d) Depósitos judiciais trabalhistas – São para *recursos*, e estão depositados na Caixa Econômica Federal – CEF. A atualização é feita pelo mesmo coeficiente de remuneração das contas vinculadas utilizado por aquela instituição financeira. São liberados pela justiça por alvará para pagamento de dívidas trabalhistas aos reclamantes ou podem retornar para o Hospital.

e) Créditos a receber de ações judiciais – Oriundos de ações judiciais tributárias de repetição de indébito. *Da COFINS* está na fase dos precatórios e já foi parcialmente recebido. *Do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS* está vinculado ao processo de imunidade tributária que transitou em julgado em 04 de novembro de 2013, referido na nota 25, e está em fase de execução; ambos estão sendo atualizados pela SELIC. *Dos tributos municipais* também vinculados ao processo de imunidade tributária ganho em repercussão geral a ser pago pelo Município de Porto Alegre – RS, cujo acordo assinado em 12 de maio de 2016 deve ser cumprido em várias etapas. A primeira parte já foi recebida na forma de dação em pagamento de um terreno de uma praça, situada ao lado do Hospital, no valor de R\$ 5.889 mil, a segunda parte no valor de R\$ 8.378 mil deve ser paga com recursos financeiros e está registrado no ativo circulante (nota 11f) e a terceira parte deverá ser quitada pelo Município com a desafetação e dação em pagamento de parte de outro terreno situado na mesma rua do Hospital, por R\$ 827 mil, e a construção de duas unidades de saúde no valor total de R\$ 8.574 mil, totalizando R\$ 9.401 mil. Cabe destacar que desde 2017 essa transação está sendo renegociada com o município de Porto Alegre, para se converter o total a receber em dação em pagamento de bens imóveis. *Do INSS* trata-se de uma ação de repetição de indébito de multas pagas espontaneamente por atraso no recolhimento de contribuições previdenciárias, pagas entre 03/1991 a 02/1999, cujo valor foi recebido em 07/2021. *Do Adicional de Imposto de Renda* – ADIR estadual, pago de 10/1991 a 10/1993, esse processo aguarda o pagamento do precatório nº 116543. *Dos tributos federais*, com exceção das contribuições previdenciárias, referentes à ação de repetição de indébito da imunidade tributária, cujo trânsito em julgado ocorreu em 27-10-2021.

f) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa – PECLD – Referem-se à cessão de pessoal a diversas Secretarias do Estado do Rio

Grande do Sul, importando nos dois anos em R\$ 1.532 mil, a diversos municípios do mesmo estado em R\$ 8.686 mil e ao município de Fortaleza – CE, R\$ 305 mil. Também foram transferidos da conta de PECLD do ativo circulante para essa conta em 06/2019 R\$ 3.335 mil, referentes aos valores faturados contra o Município de Porto Alegre e não recebidos e em 05/2021 o valor de R\$ 84 mil cobrado da Multimed Equipamentos Elétricos Ltda. referente a resultado da sindicância 04/15.

NOTA 13 – ATIVOS CONTINGENTES

Repetição de indébito	31-12-2021	31-12-2020
Contribuições federais	-	24.036
Contribuições previdenciárias	944.923	931.623
Impostos federais	-	17.844
Total	944.923	973.503

Conforme determinam os itens 35 e 89 da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, divulgamos os valores considerados de realização provável, referentes às ações de repetição de indébito originárias dos processos de imunidade tributária obtido em 2015 dos impostos federais (IRPJ, IRRF, IOF, IPI e Imposto de Importação), em 24-08-2018 das contribuições previdenciárias (INSS patronal e terceiros) e em 20-11-2018 das contribuições federais (PIS/PASEP, COFINS, CPMF e da CSLL). Cabe destacar que em 27-10-2021 transitou em julgado a ação de repetição de indébito referente aos impostos e contribuições federais, razão pela qual esses valores que totalizam R\$ 41.321 mil foram contabilizados no ativo não circulante em conta do realizável a longo prazo (nota 12).

NOTA 14 – INVESTIMENTOS

Contas	31-12-2021	31-12-2020
Participações societárias	6.967	6.967
Em outras empresas	89	89
Em outros investimentos – AHPA	6.878	6.878
Perdas estimadas	(2.212)	(1.403)
Em outras empresas	(40)	(40)
Em outros investimentos – AHPA	(2.172)	(1.363)
Total	4.755	5.564

As participações societárias em outras empresas foram colocadas à venda. O investimento na Associação dos Hospitais de Porto Alegre – AHPA refere-se à participação, sem previsão de remuneração monetária direta, exceto no caso de eventual retirada do Hospital da Associação (retorno do investimento original acrescido da variação do IGPM-FGV, conforme previsto no estatuto social da Associação). Com o objetivo de acompanhar e refletir a possi-

bilidade do cumprimento, ou não, da cláusula contratual de retorno do investimento, é calculada provisão ou reversão de perdas com base no patrimônio líquido da AHPA apurado no balancete de novembro de cada ano, limitada ao valor total do investimento atualizado pela variação do IGPM-FGV, conforme previsto no artigo 49 do estatuto social da Associação. As perdas no investimento da AHPA em 2021 foram de R\$ 810 mil (em 2020 de R\$ 280 mil).

Balancete patrimonial e DRE da AHPA	31-12-2021	31-12-2020
Ativo circulante	988	1.191
Ativo não circulante	11.804	12.561
Total do ativo	12.792	13.752
Passivo circulante	2.397	2.048
Passivo não circulante	3.851	2.105
Patrimônio líquido	6.544	9.599
Total do passivo e do patrimônio líquido	12.792	13.752
Receitas	14.534	14.193
Despesas	(15.887)	(14.060)
Superávit (déficit) do exercício	(1.353)	133
Serviços prestados ao HNSC (em reais)	8.599.573	8.017.636
Roupa processada para o HNSC – quilos	3.583.684	3.274.941

NOTA 15 – IMOBILIZADO, DIREITO DE USO E INTANGÍVEL

a) Composição do saldo e movimentação do custo do imobilizado

Contas	Tempo de vida útil estimada em anos	31-12-2020 Custo	Movimentação de 01-01-2021 a 31-12-2021			31-12-2021 Custo
			Adições	Baixas	Transf.	
Imobilizado						
Terrenos	-	55.279	-	-	-	55.279
Edificações	10 a 60	130.475	-	-	10.608	141.083
Edificações em imóveis de terceiros	50 a 60	367	-	-	-	367
Benfeitorias em imóveis de terceiros	50 a 60	3.010	-	-	184	3.194
Instalações	5 a 60	75.065	-	-	3.065	78.130
Instalações em imóv. de terceiros	3 a 25	9	-	-	-	9
Máquinas e equipamentos hospitalares	3 a 25	174.848	3.140	(4.239)	14.195	187.944
Outras máquinas e equipamentos	3 a 25	7.484	583	(83)	49	8.033
Móveis e utensílios	3 a 25	20.813	530	(384)	947	21.906
Veículos	5 a 10	1.383	-	-	-	1.383
Equipamentos de processamento de dados	3 a 20	36.872	627	(812)	3.692	40.379
Construções em andamento	-	67.368	17.558	-	(13.857)	71.069
Outras imobilizações em andamento	-	7.595	13.850	-	(18.883)	2.562
Subtotal		580.568	36.288	(5.518)	-	611.338
Depreciação e amortização acumulada						
Edificações		(42.111)	(3.133)	-	-	(45.244)
Edificações em imóveis de terceiros		(234)	(2)	-	-	(236)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(797)	(49)	-	-	(846)
Instalações		(26.707)	(3.712)	-	-	(30.419)
Instalações em imóveis de terceiros		(9)	-	-	-	(9)
Máquinas e equipamentos hospitalares		(113.642)	(12.240)	3.896	-	(121.986)
Outras máquinas e equipamentos		(4.953)	(426)	67	-	(5.312)
Móveis e utensílios		(12.776)	(1.359)	345	-	(13.790)
Veículos		(1.109)	(52)	-	-	(1.161)
Equipamentos de processamento de dados		(24.736)	(4.277)	799	-	(28.214)
Subtotal		(227.074)	(25.250)	5.107	-	(247.217)
Total		353.494	11.038	(411)	-	364.121

b) Composição do saldo e movimentação do custo do direito de uso

Contas	Tempo de vida útil estimada em anos	31-12-2020 Custo	Movimentação de 01-01-2021 a 31-12-2021			31-12-2021 Custo
			Adições	Depreciação	Baixas	
Direto de uso	5	1.924	53	-	-	1.977
Depreciação acumulada	-	(672)	-	(402)	-	(1.074)
Total	-	1.252	53	(402)	-	903

c) Composição do saldo e movimentação do custo do intangível

Contas	Tempo de vida útil estimada em anos	31-12-2020 Custo	Movimentação de 01-01-2021 a 31-12-2021			31-12-2021 Custo
			Adições	Amortização	Baixas	
Intangível						
<i>Software</i>	3	955	-	-	-	955
Marcas e patentes	-	8	-	-	-	8
Potencial construtivo	-	892	-	-	-	892
Amortização acumulada						
<i>Software</i>	-	(955)	-	-	-	(955)
Total	-	900	-	-	-	900

Na conta de *Software* estão registrados oito *softwares*, entre os quais o *Software* Gestão de Laboratórios e Análises Clínicas, todos em pleno funcionamento, sendo atualizados sempre que necessário. Na conta de *Marcas e patentes* estão contabilizados os pedidos ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI de registro da marca GHC e da patente (modelo de utilidade) do equipamento denominado “Sistema de instalação de soluções e aerocâmara para aerossóis

com porta para sistema fechado de aspiração para pacientes submetidos à Ventilação Artificial”. Os valores registrados na conta de *Potencial Construtivo* têm origem em indenização por desapropriação pelo município de imóvel situado na esquina da Avenida Francisco Trein com a Avenida Grécia, em Porto Alegre – RS, que serão utilizados futuramente na aprovação do projeto para construção de outro prédio.

NOTA 16 – PARTES RELACIONADAS

16.1 Saldos com partes relacionadas

Ativos e (passivos)	2021			2020		
	UF	FNS	AHPA	UF	FNS	AHPA
Subvenções a receber	25.893	-	-	32.570	-	-
Transferência de recursos	-	47	-	-	354	-
Investimentos	-	-	4.705	-	-	5.515
Subvenções a realizar	(11.834)	-	-	(13.779)	-	-
Outras contas a pagar	-	(247)	-	-	(665)	-
TOTAL	14.059	(200)	4.705	18.791	(311)	5.515

Legenda: UF – União Federal, FNS – Fundo Nacional da Saúde e AHPA – Associação dos Hospitais de Porto Alegre.

16.2 Efeitos no resultado

Receitas (e despesas)	2021				2020			
	UF	MS	FNS	AHPA	UF	MS	FNS	AHPA
Serviços de higienização de roupas	-	-	-	8.600	-	-	-	8.018
Perdas estimadas com investimentos	-	-	-	(859)	-	-	-	(80)
Reversão das perdas estimadas com investimentos	-	-	-	49	-	-	-	360
Subvenções para custeio realizadas	1.593.984	-	111	-	1.407.077	-	-	-
Material de consumo recebido em doação – despesa	-	(259)	-	-	-	(3.970)	-	-
Doações recebidas de material de consumo – receita	-	259	-	-	-	3.970	-	-
Doações recebidas de imobilizado – receita	-	1.151	-	-	-	1.863	-	-
TOTAL	1.593.984	1.151	111	7.790	1.407.077	1.863	-	8.298

Legenda: UF – União Federal, MS – Ministério da Saúde, FNS – Fundo Nacional da Saúde e AHPA – Associação dos Hospitais de Porto Alegre.

A Política de Transações com Partes Relacionadas foi elaborada nos termos da legislação em vigor, Lei nº 6.404/76 e Lei nº 13.303/16, Decreto nº 8.945/16 e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2014/NBC TG 05 (R3) – Divulgação sobre Partes Relacionadas, foi aprovada pelo Conselho de Administração em 05-12-2018 e revisada em 22-12-2021. Deverá ser revisada anualmente e submetida à aprovação do Conselho de Administração. As transações efetivadas serão objeto de avaliação anual, a fim de se avaliar a conveniência de sua manutenção. As transações com a União Federal se referem a repasses de recursos previstos no orçamento do Hospital para pagamento de pessoal e custeio, as com o Fundo Nacional da Saúde se referem ao repasse de recursos descentralizados (Termo de Execução Descentralizada – TED), as com o Ministério da Saúde são doações de materiais de consumo e bens imobilizados e as com a Associação dos Hospitais de Porto Alegre – AHPA são referentes ao contrato nº 438/21, de 28-09-2021, cujo objeto é a prestação de serviços de higienização de roupas ao Hospital, com vigência de doze meses, podendo ser prorrogado até o limite legal. A participação societária está descrita na nota 14.

16.3 Remuneração paga ao pessoal-chave da administração

Descrição	2021		2020	
	Quantidade	Valor pago	Quantidade	Valor pago
Diretoria Executiva	3	1.097	3	890
Remuneração	-	915	-	736
Um terço de férias	-	25	-	20
Gratificação natalina	-	76	-	68
FGTS	-	81	-	66
Conselho de Administração	7	209	6	224
Conselho Fiscal	3	95	3	85
Comitê de Auditoria	3	143	3	144
Total	16	1.544	15	1.343

Em 04-04-2019 a Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária elegeu um novo Conselho de Administração e Fiscal, para cumprir um mandato de dois anos, tendo renovado parte dos seus membros. Até 31-12-2020 foram substituídos quatro conselheiros de administração e dois conselheiros fiscais. Em 17-04-2020 um dos diretores renunciou e a diretoria permaneceu com dois diretores até 27-08-2020. A Assembleia Geral Ordinária de 30-04-2021 prorrogou a gestão dos conselheiros de administração e reelegeu os membros do conselho fiscal por um ano. Na mesma data o Conselho de Administração prorrogou o mandato da Diretoria Executiva por mais dois anos. A remuneração mensal da diretoria e do conselho de administração não foi reajustada, a maior, a menor e a média, da remuneração da Diretoria Executiva consta na nota 33. Os conselheiros de administração e fiscal recebem a mesma remuneração mensal. Um dos membros do Conselho Fiscal optou por não receber remuneração durante o período que ocupou o cargo, ou seja, de 09/2020 a 07/2021. Os três membros do Comitê de Auditoria foram eleitos pelo Conselho de Administração em 24-09-2018, com mandato de um, dois e três anos e remuneração mensal de quatro mil reais. Um dos membros foi reeleito em 29-08-2019 e o outro em 22-09-2020, ambos por três anos, e o terceiro membro foi substituído em 22-09-2021, o substituto tem mandato de três anos, não houve reajuste da remuneração mensal.

NOTA 17 – FORNECEDORES

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Fornecedores nacionais	15.889	29.003
Total	15.889	29.003

São registradas nessa conta as obrigações decorrentes de contratos, de acordo com a entrega do material ou da prestação dos serviços. O paga-

mento ocorre de acordo com o prazo de vencimento, normalmente de até trinta dias após o recebimento do produto ou serviço. O saldo em aberto significa basicamente que os valores não foram pagos por não estarem vencidos.

NOTA 18 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Obrigações sociais e previdenciárias – retidas de fornecedores	250	68
Obrigações sociais e previdenciárias – retidas na folha de pagamento	4.141	-
Obrigações sociais e previdenciárias – não retidas	1.839	-
Obrigações trabalhistas	8	11
Reembolso pessoal cedido de outros órgãos	133	1.088
Total	6.371	1.167

As obrigações sociais e previdenciárias se referem ao valor da contribuição previdenciária retida sobre o valor das notas fiscais de serviços, com cessão de mão de obra, aos valores retidos sobre a folha de pagamento, ambas com vencimento no mês seguinte. As contribuições previdenciárias não retidas se referem aos contribuintes individuais (médicos residentes, residentes multiprofissionais e conselheiros) que, em função de o Hospital ter obtido a Imunidade Tributária e estar imune ao pagamento da cota patronal e terceiros, a legislação vigente prevê a retenção de 20% e não 11%, como efetivamente foi retido de 2018 a 2021, gerando dessa forma uma diferença de 9%, não retida para aqueles contribuintes não abrangidos pelo Mandado de Segurança nº 2003.71.00.034766-2/RS ajuiz-

zado pelo Sindicato Médico do Rio Grande do Sul – SIMERGS, que dispensa o empregador dos filiados daquele sindicato de reter 20%, podendo continuar a reter 11%. Como a retenção efetuada foi feita indistintamente para todos os contribuintes individuais sob a alíquota de 11%, a diferença de 9% está sendo fiscalizada pela Receita Federal do Brasil, que intimou o Hospital a retificar as Guias de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social – GFIPs de 2018 e 2019. Cabe destacar que o processo de fiscalização está em andamento e que estão registrados nessa conta apenas os valores a pagar decorrentes das GFIPs que foram retificadas até 31-12-2021. As que ainda não foram retificadas, mas estão abrangidas pelo processo de fiscalização, estão provisionadas no passivo circulante (nota 20). Embora os anos de 2020 e 2021 não estejam incluídos na fiscalização da Receita Federal do Brasil, as contribuições previdenciárias não retidas dos contribuintes individuais foram provisionadas e estão registradas no passivo não circulante. As obrigações trabalhistas são saldos de salários devolvidos pelo banco devido a problemas nas contas bancárias dos funcionários e o reembolso ao pessoal cedido de outros órgãos, dos R\$ 133 mil em 31-12-2021, R\$ 129 mil devidos ao Município de Porto Alegre – RS estão em cobrança judicial e R\$ 4 mil devidos à Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, que se referem a 12/2021.

NOTA 19 – PROVISÕES TRABALHISTAS

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Provisão de férias	120.102	118.381
Total	120.102	118.381

Compõe a provisão de férias o adicional de um terço mais os encargos com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

NOTA 20 – PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS

Descrição	Passivo			
	31-12-2021		31-12-2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Contribuições previdenciárias	3.360	4.830	-	-
Total	3.360	4.830	-	-

Estão provisionadas nessa conta, no passivo circulante, as contribuições previdenciárias não retidas em 2018 e 2019 dos contribuintes individuais (médicos residentes, residentes multiprofissionais e conselheiros), cujo processo de fiscalização pela Receita Federal do Brasil está em andamento (nota 18) e as GFIPs ainda não foram retificadas. O mesmo fato ocorreu nos anos de 2020 e 2021; embora esse período não esteja sendo fiscalizado e as GFIPs também não tenham sido retificadas, os valores não retidos foram provisionados no passivo não circulante.

NOTA 21 – PROVISÃO PARA INDENIZAÇÕES CÍVEIS E TRABALHISTAS

Provisões	Passivo			
	31-12-2021		31-12-2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Indenização trabalhista				
Saldo no início do exercício	316.364	402.404	344.627	425.115
Provisão	71.081	43.110	44.616	26.082
Reversão	(55.076)	(4.356)	(69.977)	(38.089)
Pagamentos	(12.237)	-	(13.606)	-
Transferências	-	-	10.704	(10.704)
Saldo no final do exercício	320.132	441.158	316.364	402.404
Indenização civil				
Saldo no início do exercício	989	13.558	3.085	13.337
Provisão	1.873	1.280	1.552	3.644
Reversão	-	(7.588)	(2.300)	(3.614)
Pagamentos	(488)	-	(1.348)	-
Transferências	-	-	-	191
Saldo no final do exercício	2.374	7.250	989	13.558
Indenização civil – imunidade				
Saldo no início do exercício	79.636	93	79.275	450
Provisão	-	1.179	-	4
Transferências	58	(58)	361	(361)
Saldo no final do exercício	79.694	1.214	79.636	93
TOTAL	402.200	449.622	396.989	416.055
Quantidade de processos				
Indenização trabalhista	1.443	1.433	1.248	1.573
Indenização civil	8	32	2	41
Indenização civil – imunidade	2	1	2	1
Total	1.453	1.466	1.252	1.615

Para todos os processos cíveis ou trabalhistas ingressos na justiça e com classificação de risco praticamente certo, a provisão está reconhecida no passivo circulante. Quando a classificação de risco é provável, no passivo não circulante, os processos trabalhistas referem-se, basicamente, às ações movidas por empregados ativos, ex-empregados e empregados de empresas terceirizadas. Os processos cíveis, na grande maioria dos casos, são movidos por pacientes e têm como objeto principal o dano moral, indenização por erro médico e pensionamento vitalício. Até 31-12-2019 o pagamento dos precatórios judiciais trabalhistas era realizado por depósito judicial em conta vinculada a favor do Tribunal Regional do Trabalho – TRT4. A partir de 2020 o total do orçamento destinado ao pagamento de precatórios é transferido para o TRT4, que é o responsável por realizar os pagamentos aos beneficiários, razão pela qual os recursos financeiros correspondentes serão repassados diretamente para o referido tribunal. Com essa transferência os valores que estavam provisionados foram baixados em 04-05-2021 R\$ 42.845 mil (em 26-06-2020 R\$ 60.139 mil) gerando uma reversão significativa na provisão registrada no passivo circulante. Durante o ano de 2011 foi constituída provisão cível para pagamento de honorários aos advogados contratados para propor ação de imunidade tributária. Essa provisão é atualizada mensalmente conforme cláusula contratual, e está contabilizada no passivo circulante e não circulante, conforme a classificação de risco em praticamente certo e provável, respectivamente. Os processos classificados com grau de risco possível, a seguir apresentados, não são contabilizados, conforme Resolução do Conselho Federal de Contabilidade 2017 NBC TG 25 (R2) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Classificação de risco possível	31-12-2021		31-12-2020	
	Quant. de processos	Valor	Quant. de processos	Valor
Processos cíveis	362	130.247	470	139.248
Processos trabalhistas	1.447	136.151	1.415	119.180
Total	1.809	266.398	1.885	258.428

NOTA 22 – SUBVENÇÕES A REALIZAR

Subvenções para custeio	Passivo Circulante	
	31-12-2021	31-12-2020
Pessoal		
Saldo no início do exercício	233	253
Valor a realizar	1.663.995	1.247.531
Valor realizado (transferido para a receita)	(1.664.058)	(1.247.551)
Saldo no final do exercício	170	233
Manutenção do custeio		
Saldo no início do exercício	5.094	-
Valor a realizar	236.252	224.100
Valor cancelado	(10)	-
Valor realizado (transferido para a receita)	(234.409)	(219.006)
Saldo no final do exercício	6.927	5.094
Covid-19		
Saldo no início de exercício	-	-
Valor a receber	56.200	20.200
Valor realizado (transferido para a receita)	(55.686)	(20.200)
Saldo no final do exercício	514	-
Reformas		
Saldo no início do exercício	8.452	2.766
Valor a realizar	9.072	10.592
Valor cancelado	(301)	-
Valor realizado (transferido para a receita)	(13.000)	(4.906)
Saldo no final do exercício	4.223	8.452
Demais custeios		
Saldo no início do exercício	-	-
Valor a realizar	1.880	3.067
Valor realizado (transferido para a receita)	(1.880)	(3.067)
Saldo no final do exercício	-	-
Total	11.834	13.779

Em cumprimento à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 07(R2) – Subvenção e Assistências Governamentais, as subvenções recebidas do Ministério da Saúde foram classificadas como subvenção para custeio de:

a) Pessoal – Reconhecidas no passivo pelo recebimento e transferidas para o resultado, como receita, quando utilizadas, na mesma proporção das despesas. Servem para custear as despesas com pessoal, tais como folha de pagamento com encargos, benefícios da folha e indenizações trabalhistas.

b) Manutenção do custeio – Desde janeiro de 2018 o Hospital é orçamentado diretamente conforme Lei Orçamentária Anual: em 2021 é a Lei nº 14.144 (13.978 em 2020). A subvenção a receber é reconhecida no ativo circulante pelo total orçamentado (nota 7) em contrapartida ao passivo circulante. Na medida em que a despesa a ser paga com esses recursos é registrada contabilmente, a subvenção é transferida do passivo circulante para a receita na mesma proporção.

c) Covid-19 – Para fazer frente aos gastos provocados pela pandemia do novo coronavírus, o governo Federal emitiu a Medida Provisória nº 976, de 04 de junho 2020, convertida na Lei nº 14.067, de 01 de outubro de 2020, abrindo Crédito Extraordinário a favor do Ministério da Saúde, mais especificamente ao Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., para atender ao Programa de Trabalho 5018 – Atenção Especializada à Saúde – Funcional Programática – 10122 21CO 6500 – Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus – Nacional. Com o avanço da pandemia se fez necessário alocar mais recursos para fazer frente ao aumento dos gastos. Novamente o governo federal abriu crédito extraordinário com a emissão das Medidas Provisórias nº 1.032, de 24 de fevereiro, 1.041, de

30 de março e 1.062, de 09 de agosto, todas de 2021; os recursos aprovados estão sendo repassados para atender ao programa de trabalho 5018 – Atenção Especializada à Saúde – Funcional Programática 10302 5018 6217 6512 – Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde.

d) Reformas e demais custeios – Serve para custear as despesas com a manutenção de bens imóveis (reformas), sentenças judiciais cíveis, pensões judiciais e demais despesas de custeio em geral. O valor a receber é reconhecido no ativo circulante tendo como contrapartida o passivo circulante, e a transferência para o resultado, em conta da receita, ocorre na mesma proporção das despesas que são pagas com essa receita, contabilizada pelo regime de competência.

NOTA 23 – ARRENDAMENTOS A PAGAR

Descrição	Passivo			
	31-12-2021		31-12-2020	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Saldo no início do exercício	386	866	380	1.232
Reajuste	15	38	6	19
Pagamento	(402)	-	(385)	-
Transferência	402	(402)	385	(385)
Total	401	502	386	866

Estas operações se enquadram, a partir de 1º de janeiro de 2019, na norma do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 06 (R3) – Arrendamentos. Em 2019, por ocasião da adoção inicial, foram analisados todos os contratos vigentes onde o Hospital é o arrendatário, dos quais apenas três de

locação de imóveis como arrendatário se enquadraram na referida norma. Em 31-12-2021 e 31-12-2020 são quatro. Estão registrados no ativo o *direito de uso e a depreciação* e no passivo a *obrigação do arrendamento*. Foi considerado como arrendamento somente o valor fixo do aluguel a ser pago; embora os contratos tenham vigência de doze meses, identificamos com razoável certeza de que a intenção da administração é continuar utilizando esses imóveis, razão pela qual a vigência foi estimada em cinco anos, a contar do início da vigência de cada contrato. Para os contratos onde o Hospital é o arrendador cujo objeto é a locação de área física, essa receita continua a ser reconhecida mensalmente como aluguel.

NOTA 24 – OUTRAS CONTAS A PAGAR

Passivo circulante	31-12-2021	31-12-2020
Obrigações com entidades públicas	247	665
Contribuições e consignações de empregados	-	3
Depósitos retidos de fornecedores	2.997	2.640
Total	3.244	3.308

a) Obrigações com entidades públicas – Nesta conta é registrada a contrapartida dos valores a receber, registrados no ativo circulante, como transferências de recursos a receber do Fundo Nacional de Saúde, para compra de material imobilizado. São Termos de Execução Descentralizada – TED nº 183/2019 e 137/2020.

b) Contribuições e consignações de empregados – Se refere à pensão alimentícia devolvida pelo banco após o pagamento, por problemas na conta bancária informada pelo beneficiário.

c) Depósitos retidos de fornecedores – São valores retidos dos fornecedores de prestação de serviços com cessão de mão de obra, com base

na IN do MPOG nº 02, de 30 de abril de 2008, alterada pela IN 06, de 23 de dezembro de 2013. A contrapartida dessa conta após o depósito no Banco do Brasil S.A. está registrada no ativo circulante na conta de depósitos vinculados ou restituíveis. A baixa vai ocorrer somente quando o valor for liberado para o fornecedor, após este comprovar que cumpriu com todas as obrigações previstas na referida legislação.

NOTA 25 – CONTRIBUIÇÕES COM EXIGIBILIDADE SUSPensa

a) Composição do saldo

Passivo não circulante	31-12-2021	31-12-2020
INSS – Notificações fiscais	-	2.034
Total	-	2.034

Desde o ano de 2006, o Hospital demandava na justiça em busca do reconhecimento da imunidade tributária recíproca ao pagamento dos impostos e contribuições estaduais, municipais e federais, inclusive das contribuições previdenciárias. Após ter obtido a suspensão dos pagamentos de todos os tributos, obteve em 2015 a imunidade de todos os impostos. Em 24-08-2018 conseguiu a imunidade das contribuições previdenciárias, patronal e terceiros, e em 20-11-2018 conquistou a imunidade das contribuições federais (PIS/PASEP, COFINS e CSLL). Os valores que estavam com os pagamentos suspensos foram baixados em 2015, 2016 e 2018 com exceção de parte do INSS Notificações Fiscais e do INSS Parcelamento. Como a Procuradoria da Receita Federal do Brasil indeferiu administrativamente, em 2019, o pedido de extinção do débito, alegando a existência de processos de cobrança desses débitos tramitando na justiça, a baixa desses débitos está sendo solicitada na justiça em cada processo. Em 06/2020 o parcelamento foi baixado e em 09/2020, 10/2020, 04/2021 e 12/2021 vários débitos notificados também foram baixados, em conformidade com a baixa efetuada pela Receita Federal do Brasil, visualizada na Situação Fiscal.

b) Reflexos no resultado

Demonstração do resultado	2021	2020
Outras receitas operacionais – baixas	2.034	12.564
Despesa financeira – juros	-	(124)
Despesa financeira – baixa	-	121
Total	2.034	12.561

Na despesa financeira estão registrados os juros das contribuições previdenciárias sobre o parcelamento e as notificações fiscais, que estavam com a exigibilidade suspensa, devido ao processo de imunidade tributária, contabilizados no passivo não circulante. Em 06/2020 a Procuradoria da Receita Federal baixou a dívida do parcelamento com o INSS e em 09/2020, 10/2020, 04/2021 e 12/2021 foram baixados os débitos notificados. As referidas baixas anularam os juros contabilizados durante o exercício e o restante do valor foi contabilizado na conta de outras receitas operacionais.

NOTA 26 – CAPITAL SOCIAL

Acionistas	31-12-2021		31-12-2020	
	Quant. de ações	Valor	Quant. de ações	Valor
União				
Ordinárias	108.511.628	173.699	108.511.628	115.006
Preferenciais	4.530.000	7.251	4.530.000	4.801
Total	113.041.628	180.950	113.041.628	119.807

O capital é composto por ações sem valor nominal, pertence totalmente à União e está cem por cento integralizado. Para as ações do capital social está prevista distribuição de um dividendo mínimo obrigatório anual correspon-

dente a 25% do lucro líquido ajustado, assegurando sempre aos acionistas com ações preferenciais prioridade no recebimento de dividendos de 10% ao ano, maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, o que não se verifica em função de o saldo da conta de prejuízos acumulados ser superior aos eventuais lucros apurados. Os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC, recebidos em 2019 e 2020, no valor de R\$ 38.717 mil e R\$ 61.143 mil respectivamente (nota 27), foram capitalizados nas Assembleias Gerais Extraordinárias de 03 de abril de 2020, e 16 de março de 2021, alterando o valor do capital para R\$ 119.807 mil e R\$ 180.950 mil sem a necessidade de emissão de novas ações.

NOTA 27 – ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL – AFAC

Descrição	Patrimônio líquido	
	31-12-2021	31-12-2020
Saldo no início do exercício	61.143	38.717
Valor capitalizado no exercício	(61.143)	(38.717)
AFACs recebidos	42.047	61.143
Saldo no final do exercício	42.047	61.143

Nesta conta, estão classificados os recursos recebidos e utilizados no pagamento das aquisições de bens móveis e imóveis. O montante recebido durante o ano deverá ser capitalizado no ano seguinte até a data-limite da aprovação das contas do exercício em que ocorrer a transferência, conforme determina o art. 74 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, que alterou o art. 2º, parágrafo único, do Decreto nº 2.673/1998 (nota 26). Com a alteração em 26-09-2017 da natureza jurídica do Hospital para empresa pública, a partir de 01/2018 os AFACs recebidos passaram a ser registrados no patrimônio líquido e não mais no passivo circulante.

NOTA 28 – RESERVA DE REAVALIAÇÃO EM BENS PRÓPRIOS

Contas/descrição	31-12-2021			31-12-2020		
	Saldo no início do exercício	Valor realizado	Saldo no final do exercício	Saldo no início do exercício	Valor realizado	Saldo no final do exercício
Terrenos	9.030	-	9.030	9.030	-	9.030
Edificações	8.795	(77)	8.718	9.179	(384)	8.795
Total	17.825	(77)	17.748	18.209	(384)	17.825

Em 25 de agosto de 1997 os terrenos e edificações foram reavaliados por empresa especializada. A realização ocorre na mesma proporção da depreciação, venda ou baixa dos bens reavaliados. A provisão para IRPJ e CSLL constituída na época foi baixada após a obtenção da imunidade tributária.

NOTA 29 – AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Contas/descrição	31-12-2021			31-12-2020		
	Saldo no início do exercício	Valor realizado	Saldo no final do exercício	Saldo no início do exercício	Valor realizado	Saldo no final do exercício
Terrenos	26.995	-	26.995	26.995	-	26.995
Edificações	17.047	(932)	16.115	17.978	(931)	17.047
Total	44.042	(932)	43.110	44.973	(931)	44.042

De acordo com as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade destacadas nos itens 21 e 22 da Interpretação Técnica ICPC 10, em 2010 foi apurado o *custo atribuído (deemed cost)* de bens móveis e imóveis, para determinar o valor justo dos bens mais relevantes: terrenos, prédios, instalações, microcomputadores, veículos e outros bens. Os valores dos ajustes estão registrados no ativo não circulante, no grupo de contas do imobilizado, e a contrapartida, no patrimônio líquido, na conta de ajustes de avaliação patrimonial. Sobre tais valores foram constituídas provisões para contribuição social e imposto de renda diferido com contrapartidas contabilizadas no passivo não circulante – valores estes que foram baixados com o reconhecimento da imunidade tributária do IRPJ em 2015 e a isenção da CSLL conquistada com o CEBAS em 2016. A conta de ajustes de avaliação patrimonial é realizada na mesma proporção da depreciação dos bens ajustados, quando o valor de realização é transferido para a conta de prejuízos acumulados.

NOTA 30 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Demonstração do resultado	2021	2020
Receitas com pesquisas	1.080	3.531
Receitas com estágios	239	56
Receitas com sócios locatários	17	15
Total	1.336	3.602

Nesta conta está registrada a receita da prestação de serviços de pesquisas, estágios e da taxa de alimentação das sócias locatárias (nota 5). O montante reduzido da prestação dos serviços decorre da alteração na forma de contabilizar os repasses recebidos do Ministério da Saúde – MS, a partir de 01-01-2018, devido à orçamentação direta da receita da prestação de serviços, que passou a ser incluída no orçamento do Hospital e deduzida dos recursos destinados pelo Ministério da Saúde ao financiamento das ações e serviços da média e alta complexidade do Município de Porto Alegre – RS. Desde então os repasses recebidos estão sendo contabilizados como subvenção para custeio (nota 7) conforme Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistências Governamentais.

NOTA 31 – CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Demonstração do resultado	2021	2020
Salários e encargos	(1.097.220)	(1.057.219)
Benefícios da folha	(62.645)	(57.928)
Provisões trabalhistas	(1.584)	(914)
Consumo de material	(195.030)	(156.756)
Despesas com serviços	(105.615)	(96.400)
Depreciações/amortizações	(18.368)	(17.567)
Encargos tributários	(65)	(60)
Total	(1.480.527)	(1.386.844)

O custo dos serviços prestados compreende todos os custos diretos aplicados na produção dos serviços tais como salários e encargos, benefícios da folha (creche, vale-transporte e alimentação), provisões trabalhistas, consumo de materiais, despesas com serviços prestados por pessoas físicas e jurídicas (médicos residentes, residência multiprofissional, estagiários, abastecimento, comunicação, transporte, seguro, aluguéis, conservação, reparos e manutenção etc.) depreciações, amortizações e encargos tributários (IPTU sobre aluguéis, Taxa de Coleta de Lixo, Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública e multas fiscais), cujo montante foi apurado com base no custo de cada setor diretamente vinculado ao custo dos serviços prestados.

NOTA 32 – DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Demonstração do resultado	2021	2020
Salários e encargos	(97.193)	(95.799)
Benefícios da folha	(4.601)	(4.424)
Provisões trabalhistas	(137)	9
Consumo de material	(5.858)	(2.555)
Despesas com serviços	(23.659)	(20.124)
Depreciação	(7.283)	(7.013)
Encargos tributários	(89)	(26)
Total	(138.820)	(129.932)

As despesas gerais e administrativas compreendem todas as despesas aplicadas nos serviços administrativos, tais como salários e encargos, benefícios da folha (creche, vale-transporte e alimentação), provisões trabalhistas, consumo de materiais, despesas com serviços prestados por pessoas físicas e jurídicas (estagiários, abastecimento, comunicação, transporte, seguro, aluguéis, conservação, reparos e manutenção etc.), depreciação e encargos tributários (Taxa de Coleta de Lixo, Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública e multas fiscais), cujo montante foi apurado com base

na despesa de cada setor diretamente vinculado às despesas gerais e administrativas.

NOTA 33 – REMUNERAÇÕES PAGAS A EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

Em reais

Descrição	31-12-2021			31-12-2020		
	Maior	Menor	Média	Maior	Menor	Média
Diretores	25.394	25.394	25.394	25.394	25.394	25.394
Conselho de Administração	2.751	2.751	2.751	2.751	2.751	2.751
Empregados	39.293	1.866	8.812	39.293	1.797	8.521

Em cumprimento à Resolução nº 3, de 31 de dezembro de 2010, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União e da Lei nº 13.303/2016, art. 12, inciso I, informamos no quadro acima a remuneração mensal e individual dos administradores e empregados, incluindo os benefícios e vantagens pagos aos empregados. Cabe destacar que os diretores e os conselheiros receberam a mesma remuneração do ano anterior. Na remuneração dos diretores não estão incluídos a remuneração recebida por um dos diretores como membro do conselho de administração nem um terço de férias pago anualmente nem o FGTS depositado em conta vinculada mensalmente, demonstrados na nota 16.3. A despesa consolidada com a remuneração total dos três diretores e os sete conselheiros de administração (seis em 2020) totalizou em 2021 R\$ 1.225 mil (R\$ 1.048 mil em 2020). Os honorários mensais dos conselheiros de administração são fixados a 10% da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos ao adicional de férias e benefícios. As Assembleias Gerais Extraordinárias e Ordinárias do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., realizadas em 30 de abril de 2021 e 03 de

abril de 2020, fixaram o montante global de R\$ 1.798 mil a serem pagos aos administradores (Diretoria Executiva e Conselho de Administração), no período compreendido entre abril de 2021 e março de 2022 e abril de 2020 e março de 2021, respectivamente.

NOTA 34 – PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

Foi implantado em 1º de agosto de 1998 o *Plano de Contribuições Definidas – Fundo Gerador de Benefícios*, um plano atuarial de previdência privada aos empregados, administrado pela empresa Bradesco Vida e Previdência S.A. Participam do plano cinco empregados em 31-12-2021 (oito em 31-12-2020). O plano atuarial foi calculado segundo os parâmetros determinados pela Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1997, revogada pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001. A contribuição do Hospital é fixa em 8% sobre a remuneração dos participantes. O plano de benefícios foi concebido sob o critério técnico de renda mensal vitalícia, ou de renda mensal vitalícia reversível em 50% ao cônjuge, equivalente a 40% da remuneração bruta do participante na data da implantação do plano. A taxa de administração é de 2,8% sobre o valor total das contribuições pagas pela instituidora e participantes. No exercício de 2021 as contribuições do Hospital foram de R\$ 183 mil (R\$ 261 mil em 2020).

NOTA 35 – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Demonstração do resultado	2021	2020
Doações recebidas	5.123	9.495
Ministério da Saúde – MS	1.410	5.833
Patrocinadores de pesquisa – PJ	1.442	734
Doadores privados PF e PJ	1.869	1.536
Município de Porto Alegre – RS	275	809
Secret. Est. de Saúde – SES/RS	127	583
Exclusividades	7.448	5.214
Prestação de serviços bancários	7.336	5.137
Gestão de empréstimos consignados	112	77
Receita Eventual	44.063	14.136
Saldos não reclamados	-	404
Indenizações judiciais e administrativas	-	1
Recuperação de créditos baixados como perda	165	352
Interrupção de energia elétrica	-	2
Multas contratuais	630	556
Repetição de indébito de IRRF	2	257
Repetição de indébito de tributos federais – imunidade tributária	41.232	-
Contribuições previdenciárias – baixa imunidade tributária	2.034	12.564
Reversão de provisões	49	556
Investimentos	49	372
Licença-Prêmio	-	184
Ganho e perdas de capital no imobilizado	-	17
Receita na alienação de bens do imobilizado	-	6
Indenizações	-	11
Aluguéis	117	96
Comissão por intermediação de negócios	-	127
Total	56.800	29.641

Legenda: PF – Pessoa Física e PJ – Pessoa Jurídica.

a) Doações recebidas – Compõem esta conta as doações recebidas de órgãos públicos, empresas privadas e pessoas físicas, entre os quais destacamos as doações recebidas do Ministério da Saúde que, além de doar medicamentos e material médico, doou, em função da Covid-19, em dezembro de 2020, trinta ventiladores pulmonares no valor de R\$ 1.863 mil e, em março de 2021, doou mais trinta ventiladores artificiais no valor de R\$ 1.151 mil. Os patrocinadores de pesquisas doam medicamentos, vindos do exterior, para serem utilizados nas pesquisas que estão sendo desenvolvidas no Hospital. Os doadores privados doam material de consumo e bens móveis.

b) Exclusividades – Instituição financeira contratada com *exclusividade* para prestar serviços bancários de centralização do processamento da folha de salários e demais movimentações financeiras de pagamento a credores, por sessenta meses a contar de 03/04/2020. A *gestão de empréstimos consignados* tem origem na contratação da empresa Quantum Web Tecnologia da Informação Ltda., para fazer a gestão do cadastro dos empregados com empréstimos consignados, com fornecimento de um sistema que executa o controle operacional e gerencial das operações de empréstimos.

c) Receita eventual – Composta por várias receitas, como a recuperação de créditos, que é a baixa de valores provisionados como perdas, devido ao seu recebimento em outro exercício, receitas de multas contratuais, aplicadas a fornecedores por descumprimento de cláusulas contratuais, receita de repetição de indébito de retenção federal retida de fornecedores decorrente de pedido de restituição em 2011. Em função da obtenção da imunidade tributária, foram baixadas as contribuições previdenciárias com exigibilidade suspensa, na Receita Federal do Brasil, e a repetição de indébito dos tributos federais (PIS/PASEP, COFINS, CPMF, CSLL, IRPJ, IOF, Imposto de Importação, IPI Importação, Retenção Federal e IRRF).

d) Aluguéis – De área física a diversas associações de funcionários e também uma sala destinada à cafeteria alugada para a F. S. Gastronomia Eirele – EPP.

e) Receitas na alienação de bens – Receita da venda de bens móveis vendido no processo licitatório nº 1.144/19 e procedimento licitatório presencial nº 17/19.

f) Reversão de provisões – A de Investimentos se refere à reversão de parte da provisão para perdas devido à constituição de nova provisão e a licença-prêmio foi revertida por estar extinta.

g) Comissão por intermediação de negócios – Repasse recebido em contrapartida à arrecadação de taxas para a inscrição em concursos, realizados pela empresa contratada.

NOTA 36 – OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Demonstração do resultado	2021	2020
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(490)	(671)
Perdas estimadas com estoques	(123)	-
Perdas estimadas com investimentos	(859)	(123)
Provisão para indenizações cíveis	(3.153)	(5.196)
Reversão da provisão para indenizações cíveis	7.588	5.914
Provisão para indenizações cíveis – imunidade tributária	(1.179)	(4)
Provisão para indenizações trabalhistas	(114.191)	(69.901)
Reversão da provisão indenizações trabalhistas	59.432	107.269
Provisão para riscos fiscais	(8.190)	-
Encargos judiciais	(1.251)	(1.127)
Mensalidades associativas	(180)	(246)
Perdas patrimoniais	(411)	(157)
Perdas eventuais – multas contratuais	(27)	(8)
Perdas eventuais – doações	(30)	(17)
Perdas eventuais – prejuízos eventuais	(791)	(511)
Total	(63.855)	35.222

Compreende as perdas com créditos de liquidação duvidosa (nota 6), as perdas estimadas com estoques (nota 8), as perdas com investimentos (nota 14), as despesas apropriadas com base no regime de competência, referente às provisões para indenização cíveis e trabalhistas (nota 21), a provisão para riscos

fiscais (nota 20), mensalidades associativas pagas ao Sindicato dos Hospitais – SINDIHOSPA, a Associação Brasileira de Hospitais Universitários e de Ensino – ABRAHUE, encargos judiciais (cível e trabalhista) referentes a pagamento de pensões, honorários e custas judiciais, perdas patrimoniais referentes ao valor residual dos bens baixados, multas contratuais pagas por atraso no pagamento das contas de energia elétrica e água, e prejuízos eventuais, motivados pelo ajuste do valor a receber, aos cálculos judiciais dos tributos federais.

NOTA 37 – DESPESAS FINANCEIRAS

Demonstração do resultado	2021	2020
Juros sobre notificações fiscais do INSS	-	(3)
Juros sobre outras contas do passivo	(182)	(14)
Despesas bancárias	(1)	-
Encargos com o FGTS	(27)	(1)
Multas compensatórias	(314)	(12)
Variação cambial	(5)	-
Variação monetária sobre outras contas a pagar	(2)	-
TOTAL	(531)	(30)

Nas despesas financeiras estão registrados os juros incidentes sobre as contribuições previdenciárias com exigibilidade suspensa (nota 25). Os juros sobre outras contas do passivo e as multas compensatórias foram calculados com base no regime de competência sobre impostos retidos e não pagos no vencimento. O aumento significativo em 2021 se refere às contribuições previdenciárias não retidas dos contribuintes individuais em 2018 e 2019 (nota 18). As despesas bancárias são referentes a contrato de câmbio na importação de medicamentos e a variação monetária sobre outras contas a pagar são sobre contas de água pagas após o vencimento.

NOTA 38 – RECEITAS FINANCEIRAS

Demonstração do resultado	2021	2020
Rendimento de aplicação financeira	2.958	1.807
Descontos obtidos	-	2
Juros sobre a repetição de indébito de tributos	199	119
Juros sobre demais contas do ativo	399	328
Variação monetária ativa sobre depósitos para recurso – FGTS	705	738
Variação monetária ativa sobre outras contas do ativo	18	4
TOTAL	4.279	2.998

Nestas contas estão registrados os juros sobre a repetição de indébito do ICMS, da COFINS e do INSS, os rendimentos das aplicações financeiras, os juros e variações sobre contas do ativo, calculados com base no regime de competência.

NOTA 39 – SUBVENÇÃO PARA CUSTEIO

Demonstração do resultado	2021	2020
Repasse recebidos		
Pessoal	1.185.535	1.146.204
Pessoal – devolução de depósitos recursais recebidos	(891)	(1.529)
Benefícios da folha de pagamento	74.047	68.692
Médicos residentes	15.251	15.133
Residência multiprofissional	5.476	5.767
Sentenças judiciais trabalhistas	9.703	13.284
Manutenção do custeio	221.145	200.140
Manutenção do custeio – não recebido	13.264	11.712
Manutenção do custeio – Covid-19	55.686	20.200
Sentenças judiciais cíveis	490	1.351
Pensões	1.239	1.104
Reformas	13.000	5.006
Demais custeios	150	13
Total	1.594.095	1.487.077

Os repasses recebidos do Ministério da Saúde em reais e os valores pagos com cotas do orçamento foram classificados na receita como subvenção para custeio, de acordo com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistências Governamentais e são reconhecidos na receita quando utilizados na mesma proporção das despesas. Servem para custear todas as despesas de pessoal, encargos, benefícios da folha, indenizações cíveis e trabalhistas e demais custeios. Os recursos repassados pelo Ministério da Saúde, que eram oriundos de prestação de serviços, passaram a ser orçamentados diretamente no orçamento do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. pela Lei Orçamentária Anual nº 14.144 em 2021 e 13.978 em 2020. Razão pela qual se deixaram de emitir as notas fiscais de serviços contra o gestor do SUS, o Município de Porto Alegre/RS e de classificar contabilmente como prestação de serviços, na receita bruta, como era feito até 31-12-2017. Os recursos são reconhecidos no ativo circulante pelo total orçamentado (nota 7) em contrapartida ao passivo circulante (nota 22). À medida que a despesa (material de consumo e serviços) a ser paga com esses recursos é registrada contabilmente com base no regime de competência, essa receita é transferida do passivo circulante para a receita de subvenção para custeio. Quando os recursos são repassados pelo Ministério da Saúde, conforme a necessidade financeira de desembolso do Hospital, estes são baixados do ativo circulante.

NOTA 40 – LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO

Demonstração do resultado	2021	2020
Lucro (prejuízo) do exercício	(27.223)	41.734
Despesa e (receita) – imunidade	-	3
Provisão (reversão) para indenização trabalhista	54.759	(37.368)
Perdas (reversão) estimadas com investimentos e licença-prêmio	810	(556)
Outras receitas operacionais – baixa INSS – imunidade	(2.034)	(12.564)
Repetição de indébito de tributos federais menos os honorários advocatícios	(40.143)	-
Contribuições previdenciárias e provisão para riscos fiscais	10.029	-
Lucro (prejuízo) após excluir as despesas sem contrapartida na receita e as receitas sem contrapartida na despesa	(3.802)	(8.751)

Para explicar a apuração do prejuízo em 31-12-2021 de R\$ 27.223 mil e do lucro em 31-12-2020 de R\$ 41.734 mil, excluímos destes valores as despesas sem contrapartida na receita e as receitas sem contrapartida na despesa deste exercício, o resultado apurado em 31-12-2021 seria um prejuízo de R\$ 3.802 mil e o lucro apurado em 31-12-2020 seria um prejuízo de R\$ 8.751 mil. Cabe destacar que a apuração frequente de prejuízos, fez com que o valor da conta de prejuízos acumulados tornasse o Patrimônio Líquido negativo, situação esta que se mantém desde 1986. Por ser estatal dependente e só receber recursos na medida das suas necessidades financeiras, somente em situações pontuais poderá apurar lucro.

NOTA 41 – COBERTURA DE SEGUROS

Ativos	31-12-2021	31-12-2020
Incêndio	204.330	204.327
Roubo e ou furto de bens	2.724	2.724
Responsabilidade civil de operações	2.724	2.724
Veículos	2.900	2.400
Seguro de vida em grupo	50	50
Total	212.728	212.225

A sociedade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para a cobertura de eventuais sinistros contra o patrimônio. A mesma apólice de seguro que cobre riscos provocados por incêndio (explosões, danos elétricos e fumaça) cobre também riscos com impactos de veículos terrestres, queda de aeronaves, fenômenos da natureza, roubo, furto de bens e responsabilidade cível, e tem vigência de 13/08/2021 a 12/08/2022. A apólice do seguro dos veículos cobre os riscos com danos materiais, corporais, morte acidental e invalidez permanente e tem vigência de 19/11/2021 a 18/11/2022. O seguro de vida em grupo contratado em cumprimento à Lei nº 11.788/2008, art. 9º, inciso IV, § único, para a Residência Multiprofissional, desde 18-09-2017, que prevê cobertura de assistência funeral, invalidez por doença ou por acidente parcial ou total, está sendo renovado anualmente e a vigência do aditivo atual é de 23/11/2021 a 22/11/2022.

NOTA 42 – EVENTOS SUBSEQUENTES

O evento subsequente que merece destaque pela sua relevância é o Programa de Demissão Voluntária de 2022. Após ter sido aprovado pelo Conselho de Administração em 27 de janeiro de 2020 e aprovado pela Secretaria de Coordenação das Empresas Estatais – SEST/MP, conforme Nota Técnica SEI nº 22345/2020/ME e Ofício SEI nº 13704/2020/ME, foi divulgado aos empregados em 20 de dezembro de 2021 a 02 de janeiro de 2022. Puderam aderir

ao referido plano os empregados que tenham 60 (sessenta) anos de idade ou mais e menos de 75 (setenta e cinco) anos de idade na data do desligamento, com mais de dez anos de contrato de trabalho. O período de adesão teve início em 03-01-2022 e terminou em 14-01-2022, a rescisão dos contratos de trabalho para os 606 (seiscentos e seis) empregados que aderiram ao plano, obedece o cronograma previsto no Regulamento do Programa de Demissão Voluntária de 2022, aprovado pela diretoria em 20-12-2021, terá início em 07-02-2022 e termina em 05-12-2022. O custo com o desligamento destes empregados foi estimado em R\$ 182 milhões.

NOTA 43 – DADOS OPERACIONAIS E FINANCEIROS

Em cumprimento ao inciso VI do art. 8º da Lei nº 13.303/16, informamos alguns dos principais dados consolidados relacionados à produção:

Produção/Quantidade	2021	2020	Variação %
Consultas	1.180.572	1.065.479	10,80
Procedimentos	451.340	413.351	9,19
SADT	4.040.118	3.669.569	10,10
Internações	46.138	44.485	3,72
Cirurgias/curetagens e outros	27.008	23.769	13,63
Partos	6.692	7.155	-6,47
Total	5.751.868	5.223.808	10,11
Indicadores hospitalares (média)			
Média de permanência	7,9 dias	8,0 dias	-1,25
Taxa de ocupação hospitalar	71,9	71,0	1,27
Taxa de mortalidade institucional	5,7	5,3	7,55
Total da receita menos as baixas da imunidade e as reversões de provisões registradas na receita	1.656.461	1.510.198	9,69

Legenda: SADT – Serviços de Apoio Diagnósticos e Terapêuticos, inclui sessões de fisioterapia, quimioterapia e exames.

Os indicadores acima listados sintetizam a atuação do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. na sua atividade fim, qual seja a prestação de serviços de assistência à saúde aos usuários do SUS. Desse modo os dados da produção/quantidade apresentados estão relacionados à capacidade de atendimento e à demanda da população. Cabe destacar que em decorrência da pandemia da COVID-19 a partir de 18 de março de 2020 o atendimento ambulatorial foi restrito aos casos que necessitam de acompanhamento médico periódico, mediante avaliação da equipe responsável e as cirurgias eletivas foram todas suspensas. Estes fatos impactaram consideravelmente na produção dos serviços prestados. Os atendimentos foram aos poucos sendo retomados e em 01 de outubro 2020 teve início à remarcação on-line das consultas ambulatoriais, não realizadas no período de 23 de março a 30 de setembro de 2020. Porém em 1º de dezembro de 2020 com o aumento de casos de COVID-19 as cirurgias eletivas voltaram a ser suspensas na matriz, exceto as cirurgias oncológicas e de urgências e só foram retomadas em 01-05-2021. O maior volume de internações de Covid-19 ocorreu em 03/2021. Em 04-08-2021 começou um surto de Covid-19, na matriz, que afetou treze áreas, contaminando pacientes e funcionários, gerando restrição de atendimento na emergência, suspensão das cirurgias eletivas e a reabertura dos leitos clínicos, para atendimento de pacientes de Coronavírus. Passado o surto em 14-09-2021 foram iniciados os atendimentos anteriormente suspensos. Para tentar recuperar a demanda reprimida foram realizados mutirões entre os quais os de cirurgias especializadas (mamárias, oftalmológicas e cardíacas), de exames (outubro rosa, novembro azul e de colonoscopia) além de consultas urológicas. Estes fatos contribuíram para que a produção do GHC, em 2021, não tenha retornado à normalidade, apesar do crescimento apresentado.

NOTA 44 – OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES ASSUMIDAS

Durante o ano de 2021 e 2020, todas as obrigações e os investimentos assumidos e realizados pelo Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. foram em cumprimento aos seus objetivos sociais (art. 2º do estatuto social), estão contabilizados e apresentados nas demonstrações contábeis, razão pela qual não existem valores a serem informados nesta nota explicativa, referentes obrigações e responsabilidades assumidas em desacordo com os objetivos sociais, conforme estabelece o inciso I, do § 2º, do art. 5º, do Estatuto Social da sociedade, como define o § 2º, do inciso IX, do art. 8º, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e o art. 13, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

NOTA 45 – CONTINUIDADE OPERACIONAL

Para garantir a viabilidade econômica do Hospital se faz necessária a manutenção permanente e equilibrada das subvenções para custeio e investimentos (notas 07, 22, 27 e 39) repassadas pelo Ministério da Saúde, sem as quais não há condições de manter o atendimento hospitalar 100% gratuito aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

Cláudio da Silva Oliveira

DIRETOR-PRESIDENTE

Moisés Renato Gonçalves Prevedello

DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Francisco Antônio Zancan Paz

DIRETOR TÉCNICO

Rozinha Topanotti Trentin

Contadora – CRC/RS 41.119



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores e aos Acionistas do

HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.

Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Conforme demonstrado no balanço patrimonial, a entidade apresentou patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$ 416.207 mil. Chamamos à atenção para o conteúdo das Notas Explicativas nº 40 e 45 que descreve o efeito gerado por prejuízos no exercício, ocasionando um aumento do saldo da conta de prejuízos acumulados, bem como a necessária manutenção permanente e equilibrada das subvenções para custeio e investimentos repassados pelo Ministério da Saúde. As demonstrações contábeis acima referidas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às empresas em continuidade operacional normal e não incluem quaisquer ajustes às contas de passivo que poderiam ser requeridos no caso de eventual paralização das operações, pressupondo-se o recebimento integral dos repasses oriundos do Ministério da Saúde para o custeio da folha de pagamento, encargos e investimentos. Nossa opinião não apresenta modificação relacionada a esse assunto.

Ênfases

Evento Subsequente - Programa de Demissão Voluntária

Chamamos a atenção à nota explicativa nº 42 – **Eventos Subsequentes, que trata do Programa de Demissão Voluntária de 2022**. Após ter sido aprovado pelo Conselho de Administração em 27 de janeiro de 2020 e aprovado pela Secretaria de Coordenação das Empresas Estatais – SEST/MP, conforme Nota Técnica SEI nº 22345/2020/ME e Ofício SEI nº 13704/2020/ME, foi divulgado aos empregados em 20 de dezembro de 2021 a 02 de janeiro de 2022. Puderam aderir ao referido plano os empregados que tenham 60 (sessenta) anos de idade ou mais e menos de 75 (setenta e cinco) anos de idade na data do desligamento, com mais de dez anos de contrato de trabalho. O período de adesão teve início em 03-01-2022 e terminou em 14-01-2022, a rescisão dos contratos de trabalho para os 606 (seiscentos e seis) empregados que aderiram ao plano, obedece o cronograma previsto no Regulamento do Programa de Demissão Voluntária de 2022, aprovado pela diretoria em 20-12-2021, terá início em 07-02-2022 e termina em 05-12-2022. O custo com o desligamento destes empregados foi estimado em R\$ 182 milhões. Nossa opinião não apresenta modificação relacionada a esse assunto.

Efeitos do Covid-19

Conforme descrito na nota explicativa nº 43, em decorrência da pandemia da COVID-19 a partir de 18 de março de 2020 o atendimento ambulatorial foi restrito aos casos de urgências ou que necessitam de acompanhamento médico periódico, mediante avaliação das equipes, e as cirurgias eletivas foram todas suspensas. Estes fatos impactaram consideravelmente na produção dos serviços prestados. Em 30 de setembro de 2020 houve o encerramento das atividades da Central de Triage – COVID-19 devido à baixa demanda, e em 1º de outubro de 2020 teve início a remarcação *online* das consultas ambulatoriais, não realizadas no período de 23 de março a 30 de setembro de 2020. Porém em 1º de dezembro com o aumento de casos de COVID-19 as cirurgias eletivas voltaram a ser suspensas na matriz, exceto as cirurgias oncológicas e de urgência, e só foram retomadas em 1º de maio de 2021. O maior volume de internações de COVID-19 ocorreu em março de 2021. Em 4 de agosto de 2021 começou um surto de COVID-19 na matriz, que afetou 13 áreas, contaminando pacientes e funcionários, gerando restrição de atendimento na emergência, suspensão das cirurgias eletivas e a reabertura dos leitos clínicos, para atendimento de pacientes de Coronavírus. Passado o surto, em 14 de setembro de 2021 foram iniciados os atendimentos anteriormente suspensos. Para tentar recuperar a demanda reprimida, foram realizados mutirões entre os quais os de cirurgias especializadas (mamárias, oftalmológicas e cardíacas), de exames (outubro rosa, novembro azul e de colonoscopia), além de consultas urológicas. Esses fatos contribuíram para que a produção do GHC, em 2021, não tenha retornado à normalidade, apesar do crescimento apresentado. Nossa opinião não apresenta modificação relacionada a esse assunto.



Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para Entidades abertas. A administração da Entidade decidiu apresentar essa demonstração como informação suplementar às IFRS e legislação brasileira, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



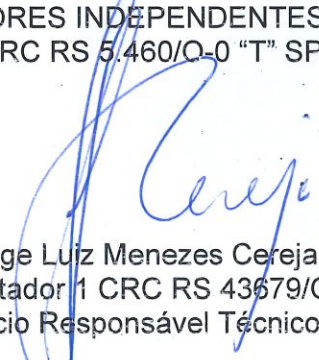
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 1º de fevereiro de 2022.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP


Jorge Luiz Menezes Cereja
Contador 1 CRC RS 43679/O
Sócio Responsável Técnico

**PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DO HOSPITAL NOSSA
SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A. SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

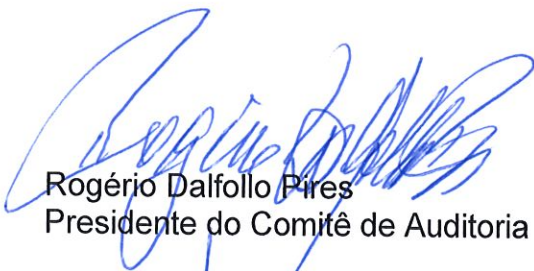
Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, considerando todas as análises, estudos, debates, reuniões, trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados, realizados no 1º janeiro a 31 de dezembro de 2021, concluíram que:

- a) os processos de controles internos para a produção dos relatórios financeiros são efetivos e as ações de prevenção e combate à fraude e corrupção são adequadas;
- b) a Auditoria Interna tem estrutura organizacional adequada às exigências da instituição, permitindo um desempenho satisfatório de suas funções, com atuação independente;
- c) a Auditoria Independente é efetiva e não foi reportada ocorrência alguma que pudesse comprometer sua independência;
- d) não foi identificada nenhuma situação de divergência significativa entre a Administração do GHC, os Auditores Independentes da Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S e o próprio Comitê de Auditoria em relação às Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.
- e) a gestão e o monitoramento dos principais fatores de riscos vêm sendo gerenciados pela Administração;

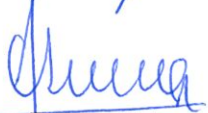
As opiniões e julgamentos do Comitê de Auditoria Estatutário do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., dependem das informações que são apresentadas, em particular pelos Administradores, Contabilidade, Assessoria Jurídica, Gerência de Auditoria Interna, Gerência de Governança, Riscos e Conformidade, Ouvidoria e demais Gerências, além dos Auditores Externos Independentes.

Neste sentido, o Comitê de Auditoria Estatutário julga que todos os assuntos pertinentes que lhe foram dados a conhecer estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes emitido em 01 de fevereiro de 2022, e, portanto, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das referidas Demonstrações Contábeis, devidamente auditadas pela Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S.

Porto Alegre, 17 de fevereiro de 2022.


Rogério Dalfollo Pires
Presidente do Comitê de Auditoria

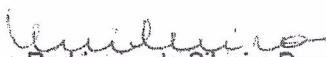

Jaqueline Magalhães da Costa
Membro do Comitê de Auditoria

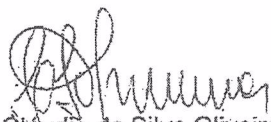

João Carlos Barros Krieger
Membro do Comitê de Auditoria

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. - CNPJ 92.787.118/0001-20, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após análise das Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício de 2021, acompanhadas do Relatório da Auditoria Independente – Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S, sobre as Demonstrações Contábeis, sem ressalvas, e, do contido no Relatório Integrado - 2021, **DECIDE**, por unanimidade de votos, aprovar as referidas Demonstrações Contábeis.

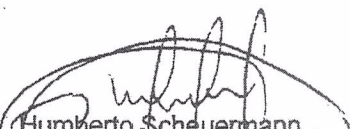
Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2022.


Cleusa Rodrigues da Silveira Bernardo
Presidente do Conselho de Administração


Cláudio da Silva Oliveira
Conselheiro de Administração


Daniel Meirelles Fernandes Pereira
Conselheiro de Administração


Edénilson Bomfim da Silva
Conselheiro de Administração

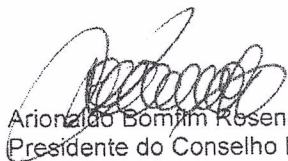

Humberto Scheuermann
Conselheiro de Administração


Leandro Gestisa
Conselheiro de Administração

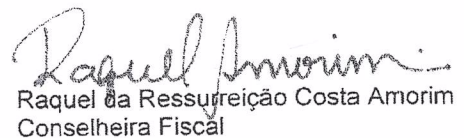
PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu o exame das DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, e do RELATÓRIO INTEGRADO, devidamente aprovados pelo Conselho de Administração, em 24 de fevereiro de 2022. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o Relatório do Auditor Independente, datado de 01 de fevereiro de 2022, sobre as Demonstrações Contábeis, sem ressalvas, elaborado pela Russel Bedford GM Auditores Independentes S/S, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, OPINA, favoravelmente, com base no art. 189, da Lei nº 6.404/1976, pela transferência do prejuízo apurado no exercício, para a conta prejuízos acumulados; que os referidos documentos societários refletem a situação patrimonial, financeira e de gestão do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., estando plenamente em condições de serem aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2022.



Arionaldo Bomfim Rosendo
Presidente do Conselho Fiscal



Raquel da Ressurreição Costa Amorim
Conselheira Fiscal



Neyde Glória Moreira Garrido
Conselheira Fiscal - Suplente